

SOCIOGRAFIA E EDUCAÇÃO DA DIFERENÇA COM GEORGES PEREC

Máximo Daniel Lamela Adó
Pós-Doutorando da UFRGS – CNPq/PDJ
maximo.lamela@gmail.com

Sandra Mara Corazza
UFRGS/CNPq/CAPES
sandracorazza@terra.com.br

Resumo: Este texto visa pensar uma educação da diferença a partir de processos de criação literária — como atividades de tradução transcriadora — voltados para uma pesquisa da vida cotidiana. Para tanto, recorre à literatura de Georges Perec como um procedimento transcriador ao modo de uma constituição sociográfica de um espaço na escritura. Ao falar em uma sociografia estamos concebendo que a observação de processos sociais e do próprio observador pode e é concebida por uma escrita (grafia). Entretanto, lembramos que toda escrita está coadunada a uma leitura e estas, escrita e leitura (escreleituras), são atividades constitutivas da cotidianidade; seus discursos e narrativas, gestos e imagens. É importante ressaltar que uma sociografia difere de uma sociologia na medida em que permuta uma postura interpretativa dos fenômenos sociais por uma escrita descritivo/inventiva de tais fenômenos vistos como associações interativas. A escrita de Georges Perec assume desde seu primeiro livro *Les choses*, um aspecto autobiográfico e está de acordo com a ideia de uma sociografia. Ele a faz como se buscasse olhar para a vida cotidiana por meio de uma espécie de descrição de associações interativas, de si e dos objetos, transformando os espaços em que se vive a cotidianidade, como as cidades, em artefatos que personificam seus textos e, em reciprocidade, recriam o próprio espaço textual como um espaço de associações recíprocas, ou seja, como um espaço social e, portanto, um espaço de relações que, escritas, tornam-se sociografias. Salientamos, ainda, que recorreremos à literatura de Perec como um modo de perspectivar um espaço de educação da diferença, no sentido de nos apropriar de suas produções e tomá-las como propiciadoras do novo pela incitação, em sala de aula, de uma escrita autobiográfica tomada como atravessamento possível para a transcrição de forças e materiais para fazer formas constitutivas e constituidoras de um currículo.

Palavras-Chave: Perec. Sociografia. Educação. Literatura. Criação

A aposta

O texto aposta na ideia valéryana, posteriormente retomada pela literatura borgeana, de que “não existe teoria que não seja um fragmento cuidadosamente preparado de alguma autobiografia.” (VALÉRY, 1991, p.204), admitindo que toda teoria é conformada por uma existência humana, um intelecto, que lhe dá sentido e significado dentro do seu próprio campo de possibilidades. No epílogo de *El hacedor*, livro de Jorge Luis Borges publicado em 1960, podemos ler: “Um homem se propõe a tarefa de desenhar o mundo. Ao longo dos anos, povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naus, de ilhas, de peixes, de moradas, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de seu rosto.” (BORGES, 2008, p.168).

Ainda com Valéry, pensamos que “tudo o que podemos definir logo se distingue do espírito produtor, opondo-se a ele” (1991, p. 193); ou seja, que o trabalho de uma obra do espírito — vista como obra do intelecto deste que o produz — só existe como ato ou como processo de produção. O resultante desse processo, seja um produto material ou abstrato como uma ideia, torna-se apenas um objeto e seu uso é inteiramente estranho às condições de sua produção, isto é, do seu processo de criação. Voltar-se para esse ato de produção do intelecto mais do que para seus produtos seria um modo de admitir um certo fracasso dos resultados e, deste modo, apostar nas forças do processo; naquilo que constitui uma expressão imanente ou imanência expressiva (MATOS, 2014; DELEUZE, 1996), como constituição variante de si por meio daquilo que se faz.

A produção literária de Georges Perec compartilha não só dessa relação autobiográfica desde sua primeira publicação *Les choses* em 1965, mas, também, da ideia de tentar perspectivar os próprios pensamentos e ações no intuito de contornar certa miopia a respeito daquilo que constitui a nós mesmos como seres pensantes e produtores na e da cotidianidade: aquilo que produzimos é o que nos produz e vice-versa; algo como personificar os labirintos do espírito, no dizer de Borges a respeito de Valéry (BORGES, 2007, p. 91). Há, no modo de escrita de Perec, uma constituição sociográfica, pois ele se preocupa em descrever e achar maneiras de instaurar um efeito do social por meio da escrita, não somente em seu conteúdo, mas, principalmente, em sua forma.

Para Perec, os elementos autobiográficos constituem uma história coletiva e ele afirma voltar-se para si e para um exercício de descrever em detalhes o espaço urbano observado, como uma maneira de fazer uma antropologia do endótico e do infraordinário “[...] talvez possamos finalmente fundar nossa própria antropologia: a que falará de nós, buscará em nós o que tanto fomos pilhar nos outros” (PEREC apud REZENDE, 1995, p.13). Nessa prática de escrita, ele consegue dar a ver que diferença e repetição não são opostos, mas que a repetição produz uma

visibilidade da diferença (NORDHOLT, 2008). Perec constitui uma literatura como se fosse um modo de inventariar coisas de nosso dia-a-dia. Em *Tentative d'épuisement d'un lieu parisien* de 1974, ele opera com a anotação do presente e leva isso à exaustão; ou melhor, sublinha a ideia de que a percepção é limitada e, por isso, sempre inventiva; e que, ao mesmo tempo, não passa de uma repetição descritiva daquilo que já se conhece. Seu projeto de colecionador de traços tangíveis da vida urbana faz com que construa uma textualidade que se vale da exploração descritiva das coisas, como uma maneira de povoar espaços com um apanhado de restos de nossos dias. Tudo vira matéria para um texto sociográfico.

Há nisso uma aposta na hipertextualidade de que somos feitos e que nos serve de força e matéria para nossas produções. Como se sofrêssemos de uma doença do tipo literária que nos condena à ideia que escrever, como um ato de criação em todos os sentidos, trata-se de um processo de impessoalização, do qual, uma vez inseridos, não podemos fugir. Escrever é traduzir, nos diz Valéry (1956) e, quando o fazemos, estamos criando um duplo de nós mesmos, inventando um outro espaço vital que possa ser o nosso, enquanto somos, constantemente, invadidos por ideias alheias que, paradoxalmente, são nossas e nos chegam de improviso; o qual, no entanto, compartilha de uma busca (VILA-MATAS, 2002).

Sociografia e Educação

Com Thomas Kuhn (1998), admitimos que, para a ciência, assim como para as teorias do conhecimento e a filosofia, nenhum fato é isoladamente apenas um fato, mas todo fato está carregado de teoria; ou seja, pressupõe um campo que o explica por meio de conceitos previamente elaborados e aceitos de modo consensual. Esse pressuposto faz com que se entenda o conhecimento e, por extensão, a ciência e toda ação voltada para o pensamento como uma atividade situacional, em que aquele que a opera lhe doa sentido, em reciprocidade com quem o utiliza.

Se concordarmos com Paul Valéry (1991), de que toda teoria carrega elementos autobiográficos, acedemos, então, à ideia de que todo fato está — voluntária ou involuntariamente — adquirindo significado a partir de uma vida que lhe subjaz; e esta, por sua vez, está dotada de movimentos que a conformam em suas ações cotidianas; ou seja, os movimentos que essa vida produz na sociedade em que vive. Nesse sentido, o texto se interessa pela ideia de sociografia, entendendo que uma escrita, a respeito de uma vida em sociedade, se vale, explícita ou implicitamente, de modos da criação literária e das artes como potência para perspectivar e produzir a própria vida como existência imanente.

No campo das ciências humanas e sociais, da filosofia, assim como das artes — especialmente quando pensamos seu desenvolvimento, via a pesquisa e o ensino, ou seja, Educação

—, seria perigoso manter o pensamento separado da experiência do mundo que se está estudando, pois entendemos que o pensamento se coloca em funcionamento quando há esta relação. Aliás, somente quando tais conexões são possibilitadas; ou, para dizer de outro modo, quando realidade e ficção se cruzam e suas fronteiras ficam borradas, pois aquilo que as define é colocado sob suspeita. Concebe-se que é quando o mundo pode ser lido como ficção e quando a ficção pode ser elemento constitutivo de um pensamento da realidade que se produz o novo, o que prolifera como desconhecido e pode perspectivar de outro modo aquilo que já se conhece.

Com Dewey (1965), nos associamos à ideia de que vida e educação não podem ser vistas em separado. O âmbito educacional precisa ser elevado à teoria da experiência. Toda educação “[...] é social, sendo, como é, uma participação, uma conquista de um modo de agir comum. Nada se ensina, nem se apreende, senão através de uma compreensão comum ou de um uso comum.” (p. 23) Nesse sentido a atividade educativa é entendida como uma libertação de forças, tendências e impulsos que podem ser trabalhados e dirigidos. A direção comporta o poder do exercício evocado pelo estímulo à produção. A educação, para Dewey, é “[...] um local de vivência e prática direta de princípios democráticos.” (SILVA, 2011, p. 23).

Quando se opta pela noção de sociografia para perspectivar o cotidiano, é por entender, em um âmbito prático, que, ao falar em uma sociografia, estamos arquitetando que a observação de processos sociais e do próprio observador nele inserido pode e é concebida por uma escrita que se decide, também, como autocriação e como autobiografia.

Aliás, lembramos que toda escrita está coadunada a uma leitura e que estas, escrita e leitura, *escreleituras* (CORAZZA, 2008; 2013), são atividades constitutivas da vida cotidiana, em seus discursos e narrativas, gestos e imagens. É importante ressaltar que uma sociografia difere de uma sociologia, na medida em que permuta uma postura interpretativa dos fenômenos sociais por uma escrita descritiva de tais fenômenos, vistos como associações interativas: movimentos que se organizam em rede e de modo autocriador.

Realidade e invenção

Quando se institui uma verdade, a mesma está configurada pelos princípios e pressupostos de realidade que lhe dão sentido. Podemos afirmar, com Flusser (2006), que uma realidade é uma ficção corroborada por um campo consensual e hegemônico; logo, uma realidade é constituída por um princípio de identidade. Flusser se apoia na sentença wittgensteiniana que diz que os matemáticos nada descobrem: inventam (WITTGENSTEIN, 1991); e, nesse contexto, suas invenções são realidades verificáveis.

Assim também funciona a educação e, evidentemente, a sociedade. Um currículo, dimensionado pela teoria que, de algum modo, o justifica “[...] é também uma questão de identidade”; “as teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso, de obter hegemonia. As teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social.” (SILVA, 2011, p. 16). As realidades instauradas pelas invenções doadas por um currículo estabelecem lugar, espaço, território; conformam identidades, constituem relações de poder. “O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.” (IBIDEM, p.150).

Observa-se que o objeto de pesquisa de uma sociologia é aquilo que se denomina de realidade social, mas o que o sociólogo faz não é extrair uma amostra da realidade, pois isso carece de possibilidade; o que é possível, via análise estatística, por exemplo, é uma amostra dos dados que subsidiam uma interpretação que se designa como realidade. O que o sociólogo ou o cientista social faz é designar-lhe um contexto (LEPETIT, 2001), encadeando uma inter-relação de circunstância que acompanham um fato, o que implica o conjunto do discurso que lhe dá valor, isto é, um texto. Com isso, o estatuto de toda definição sociológica está situado entre uma observação singular e um conceito universal¹ e, como tal, este só vale “quanto vale o parentesco dos contextos que definem sua pertinência histórica e lhe dão força operatória.” (IBIDEM, p. 127). Dessa noção decorre uma circularidade que afirma que um conceito histórico só adquire sentido diante desse recorte do mundo, ao qual ele mesmo dá sentido. Trata-se de uma lógica contraditória, mas, ao mesmo tempo, operacional, uma vez que se admite que a inteligibilidade do mundo não se separa do processo de pesquisa; ou, como afirma Lepetit, não se separa o modelo da modelização.

Assim, a pertinência de uma observação singular, de uma experiência singular, interatua como uma valorização extraordinária, ou seja, para além do consenso. Ressalta-se, no entanto, que se uma sociografia não persiste para além de uma observação singular, segundo Passeron (1989), esta não está apta a mobilizar uma inteligibilidade construída para o consenso; e, desse modo, não pode ser concebida como um raciocínio sociológico. Passeron afirma que, se uma sociografia se comporta como uma descrição social, na qual a validade está contida em um contexto único, não possui legitimidade sociológica, apesar de servir para a constituição literária. Para que tenha

¹ Lepetit (2001) observa que para Karl Popper um conceito pode ser definido como universal quando dispensa uma referência direta a um nome próprio.

legitimidade sociológica uma sociografia precisa evocar uma interação com um conceito universal, tal como o definimos acima².

No entanto, perguntamos, com Mauger (1994), se é possível constituir um pensamento a respeito das interações recíprocas que entendemos como sociais, valendo-nos de uma prática como a escrita literária? Mauger argumenta que autobiografias literárias, por exemplo, podem não apenas serem objetos para um pensamento sociológico como, também, ferramentas úteis para as ciências sociais. Ele mesmo se vale da teoria literária e da pesquisa bakhtiniana sobre Rabelais e sobre a cultura popular, para observar nas práticas textuais da representação de si, elementos constitutivos de uma condição da própria expressividade, como também daquilo que por esse meio é descrito.

Não obstante, é necessário levar em consideração o caráter de ilusão referencial característico de toda representação, inclusive a científica; tendo, aliás, justamente, esse caráter como parâmetro na construção de um objeto de análise, desde que a literatura é, de algum modo, consensualmente reconhecida como uma produção intransitiva. A literatura, especialmente a moderna, é entendida como um texto autoreferencial, ou seja, um texto que fala de textos, um texto que se vale da ilusão referencial para se constituir. Nas ciências sociais, por sua vez, não há consenso a respeito do caráter inventivo de suas práticas. Deste modo, nos perguntamos se as ciências sociais, na medida em que operam com textualidades, estão livres da ilusão referencial?

Deve-se, então, abandonar o exercício da descrição social na medida em que se concebe que não se pode separar ficção e realidade? Deve-se abandonar tal exercício, ao admitir que não se possa distinguir o real de sua representação; ou melhor, como ponderaram Nietzsche (1978) e Valéry (1998; 1995), não se alcança o real, mas apenas as suas representações e, com isso, admitir que tais expressividades são a própria realidade? Ou, ainda, deve, aquele que se outorga a tarefa de observar e descrever o seu entorno, esquecer essa tensão e agir como se aquilo que criasse não fossem ilusões referenciais, mas observações do real, ponderadas por uma neutralidade científica e metodológica?

Parece-nos que a resposta é negativa, desde que a sociedade e sua constituição, como associações recíprocas (TARDE, 2007; LATOUR, 2012), são compostas por uma ordem literária, para não dizer mítica. As sociedades se reinventam, por meio da narrativa que escolhem para expressar suas identidades; e podem ser entendidas como hipertextualidades, que se afirmam na constituição de imagens, que encontram eco em um imaginário constituído por essas mesmas narrativas.

² “On a souvent vu faire de la bonne littérature avec de la mauvaise sociologie, parfois même avec de la bonne, écrit-il, jamais de la bonne sociologie avec de la littérature, bonne ou mauvaise” (PASSERON, 1989, p. 249).

Cabe-nos ponderar que não só essas narrativas constituem identidades, como também, via negatividade, estabilizam invisibilidades. Tal questão pode ser conferida no trabalho de Oscar Favre (1994) a respeito da invisibilidade indígena no imaginário que compõe a nação uruguaia. Uma vez que o próprio campo das ciências sociais se vale, ainda, da ideia da inexistência de uma população indígena autóctone na região, fazendo com que a relevância das circunstâncias materiais, históricas e geográficas das pesquisas sejam amparadas pelo recorte da invisibilidade identitária indígena, mesmo na pesquisa antropológica, voltando-se para a característica majoritariamente de imigração européia e evocando a presença indígena, mbyá guarani, por exemplo, como de imigração e instalação recente no território nacional uruguaio. Ou seja, ao admitir que a presença indígena não constitui as bases fundacionais dessa comunidade imaginada — como pode ser lido no anuário “antropología social y cultural en Uruguay” (GORSKI, 2000) —, em contraposição às pesquisas recentes que narram essas presenças, por meio da ponderação dessa ausência, ativa-se, paradoxalmente, via texto, a sua presença. Constitui-se uma visibilidade por meio da própria narrativa que a admite como ausente.

Um fazer

A fim de ampliar o campo de expressividades das ciências sociais e constituir o próprio campo pela apropriação transversal de procedimentos das artes, Howard Becker passou a observar práticas de descrição social de fora do campo, pois não acredita que esse seja um privilégio dos cientistas sociais e que o modo das ciências sociais seja o único. O seu interesse está relacionado, entre outros, à sua experiência, a partir dos trabalhos de Dwight Conquergood, no Departamento de Estudos da Performance na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de Northwestern descrita no livro *Falando da sociedade* (BECKER, 2009).

Conquergood estuda o que denomina aspectos performativos da sociedade, chegando a apresentar os resultados de suas pesquisas sobre refugiados asiáticos e, também, sobre gangues de Chicago, sob a forma de performances. Dessa interação de Becker com Conquergood surge um curso que ambos denominam Ciências Sociais performativas. O importante, nessas pesquisas, para Becker, não é a legitimação consensual do campo — como era a preocupação de Passeron (1989) —, para a validação do trabalho sociológico, mas tentar entender de que maneira, além das conhecidas pelos cientistas sociais, poderiam comunicar um estudo de caráter sociológico. Deste modo, a experiência do seminário fez com que cada semana — no período em que foi ministrado — fosse dedicada a um meio diferente de expressão: “[...] cinema, teatro, tabelas estatísticas. E assim por diante. Eu [Howard Becker] indicava leituras ou, com igual frequência, apresentava à turma

algo que devia reagir, alguma provocação às suas ideias estereotipadas sobre o que constituía uma forma apropriada de descrever a sociedade” (BECKER, 2009, p. 09).

Tal experiência nos leva a afirmar que o estudo das ciências sociais e, em nosso caso, na área da Educação, pode se valer de práticas de escrita como um exercício sociográfico que contribua para a visualização de conceitos e teorias, em operações na própria prática, enquanto constituição de uma criação narrativa. Tal escrita não precisa ser alfabética. Pode ser imagética, no sentido de criar efeitos por meio de fotografias, vídeos, performances, tabelas interpretativas, planos de aula, currículos escolares. Trata-se de observar a educação como um campo de constituição de textos autobiográficos; em suma, com Valéry, de perceber a teoria como um fragmento de uma autobiografia.

Desse modo, uma sociografia atua como um caráter constitutivo para observar, pelas próprias expressões, uma maneira de ser no fazer daqueles que pesquisam e dos pesquisados, sem, contudo, optar por uma metodologia demasiadamente dualista — que separa o pesquisador daquilo que pesquisa —, pois procura a instauração de uma indissolubilidade entre conhecimento, poder e prazer. Entende que muito da atividade “[...] pedagógica consiste exatamente nisso: testar as formas pelas quais produzimos significados e representamos a nós mesmos, nossas relações com os outros e com o ambiente em que vivemos.” (GIROUX; SIMON, 1995, p. 107)

Pondera-se, com Lepetit (2001), que a interdisciplinaridade é uma prática ambígua, pois se vale de incompreensões parciais. No âmbito literário, poderíamos atribuir essa prática ambígua à técnica do personagem borgeano Pierre Menard (BORGES, 2012), qual seja: o anacronismo deliberado e as atribuições errôneas; e tal técnica nos serve como procedimento no mesmo sentido afirmado por Chartier (2014), de que a transferência de conceitos, problemas ou métodos de um campo para outro não se realiza sem a transformação destes campos; sendo que, aliás, tal movimento ocorre como uma transposição tradutória e toda transposição comporta uma traição, mesmo que parcial; toda leitura, de algum modo, opera o erro. Por essa razão, a sociografia que evocamos não se resume a um recorte social, previamente construído, como defende Passeron (1989), com relação a uma sociologia científica que dista, segundo ele, de um ensaísmo sociológico. Vale-se, pelo contrário, da ideia de ensaio adorniana (2003), entendendo que forma de expressão e conteúdo não se separam. Procurando traduzir as forças, que podem se observar em toda prática criadora, formas que habilitem novas forças, como ousou experimentar Conquergood ao apresentar suas pesquisas por meio de performances.

Nesse espaço de operação tradutora, a educação se enceta e se institui como trânsito criador, por meio de uma forma atenta a uma leitura interativa. Leitura que se dá e se considera

como um fluxo de associações variadas, das quais nenhuma é original ou privilegiada. Tem-se a leitura como uma ação relacional que se conjuga por um efeito de redes heterogêneas sendo, todas elas, conjunções e afluentes de uma didática da invenção (CORAZZA, 2013). E, por sua vez, uma didática da invenção atua como uma operação tradutora que se constitui como um tecido de citações, um gesto de combinações de elementos finitos com algum outro gesto anterior, configurando uma convergência. Um movimento hipertextual, no sentido de fazer valer um fluxo de leitura interativa, onde a constituição dessa concepção elaborada pelo leitor se vale da montagem de relações transtextuais, ao modo potencializador de tudo o que se coloca em relação manifesta ou secreta com o outro, sejam textos, imagens, gestos etc. (GENETTE, 2010).

Uma sociografia, neste caso, tem como proposta estabelecer conexões transversais que propiciem o exercício de fazer valer uma leitura que se ativa como escrita. Intensificar a ideia de que um espectador e consumidor e leitor são, também, produtores que ao modo de um palimpsesto leem o antigo sob o novo; procurando explorar o território de uma cultura da convergência, onde a recombinação é vista como uma forma produtiva, inventiva e não-excludente de proliferar modos de ler culturas e não caracterizar diferenças.

Parece-nos que o que importa é ler a teoria como ficção e com isso fazer do pensamento para com a Educação uma *fictio*, ou seja, deslocá-la de uma vontade de verdade e lê-la como potência do falso; apoderar-se do pensamento educacional com forças de afecções alegres. O ato não é apenas produtivo, digamos que é, também, imitativo. Imita-se uma prática constitutiva do próprio ato da leitura e ler é, sempre, ler mal, distorcer e perceber confusamente. Desde que se conceba a leitura como multiplamente habitada.

Faz-se, assim, uma leitura errada, errática, dinâmica, dispersa, mas que, de algum modo, é também aquilo que interessa para trapacear o real com o próprio real da ficção lida; algo como suspender a vida no próprio ato vital da leitura e, ao apropriar-se da leitura como escritura, sentir-se vivo ao inventar uma vida em si; uma leitura que se faz escrita sem fim e é de cada um que a produz.

Nesse caso, toda invisibilidade é bem vinda, mas não como falta de um tempo passado ou futuro, mas enquanto atualização permanente daquilo que conforma o presente. Resgatar narrativas ausentes não é dar-lhes voz, mas admitir que sempre estiveram lá, mesmo quando silenciadas. O gesto de dar voz a alguém é uma afronta às vozes mudas, um delírio de poder ou de poderosos. O que se quer é permitir os silêncios, não habitá-los, insistentemente, com hegemonias colonizadoras.

O que importa é se perder na rede de signos e se perceber enquanto tal, formando uma teia que podemos chamar pensamento. Teia que trata de exercitar uma educação em fuga das

domesticações. No entanto, parece que não há outro lugar para ir, nada a ser feito, além de habitar as domesticações como uma febre que busca, incansavelmente, atacá-la e levá-la ao delírio, fazê-la variar em formas com nomes advindos de outros lugares; habitá-la com o fôlego de outras vozes do mesmo. Uma apropriação experimentadora contra atavismos representativos. A isso chamamos de anotação do presente ou, de outro modo, sociografia do cotidiano.

A literatura sociográfica de Georges Perec

A escrita de Georges Perec assume desde seu primeiro livro *Les choses* de 1965, um aspecto autobiográfico que está de acordo com a ideia de uma sociografia. Ele a faz como se buscasse olhar para a vida cotidiana por meio de uma espécie de descrição de associações interativas, de si e dos objetos, transformando os espaços em que se vive a cotidianidade, como as cidades, em artefatos que personificam seus textos e, em reciprocidade, recriam o próprio espaço textual como um espaço de associações recíprocas, ou seja, como um espaço social e, portanto, um espaço de relações que, escritas, tornam-se sociográficas.

Cabe salientar que estamos nos referindo, principalmente, aos textos não oulipianos de Georges Perec, no entanto essa distinção não se estabelece sem hesitações. Em *La vie mode d'emploi*, por exemplo, texto dedicado a Raymond Queneau e publicado em 1978, a restrição funciona como um sistema de desvio que coloca em cena várias vidas que se cruzam em simultaneidade, trata-se de um quebra-cabeça, mas também de um livro de aventuras, um jogo, uma lista que trata de ausências. Trata-se do cotidiano inexaurível, fecundo e impenetrável que evoca a leitura como um erro, pois funciona como um desvio incessante de percurso, uma deriva imanente.

Os textos perequianos, oulipianos e não oulipianos carregam certa repetição temática como a da autobiografia, do espaço, do cotidiano, da ausência, mas, como temas, não insistem em uma significação segura ou unívoca. Se se fala de uma ausência, mesmo que diretamente evocada, como em *La disparition* romance lipogramático de 1969 que conta o desaparecimento da letra e ausentando tal letra de todo o texto, ela não é dita fora do efeito que dessa noção se pode evocar no texto. Ou seja, não disserta sobre a ausência, mas trama seu efeito.

É interessante ressaltar que Perec ingressou como membro do OuLiPo em 1967, ano em que publicou *Un homme qui dort* texto não oulipiano considerado como autobiográfico e que coloca em tensão o espaço do cotidiano e da solidão urbana. Sua narrativa descritiva se elabora como uma estética da criação autobiográfica onde o narrar, por meio de uma exaustiva tentativa de descrever o mundo se torna, como num *mise en abîme*, o problema mesmo que é narrado. O que se narra é a descrição como espaço de inscrição, aliás, a descrição como constituidora de espaço. O que se narra é o próprio ato descritivo evocando a descrição como sistema de autodiferenciação. O tema da

constituição do espaço textual é abordado diretamente em *Espèces d'espaces*, texto de 1974 e, mais uma vez, vemos o mesmo ser evocado pelo efeito que pode provocar a instauração de sua noção na forma escrita, ou melhor, no uso do espaço das páginas que constituem o livro como um modo de trata o tema por ele mesmo.

A literatura de Georges Perec é um exercício para o ultrapassamento de fronteiras. Seus textos são imagéticos e performáticos assim como suas imagens são textuais. Um exemplo de imagens como texto é o filme *Un homme qui dort* realizado em 1974 e dirigido por Bernarde Queysanne. O problema da literatura de Perec parece ser, justamente, o de encontrar meios de expressar ao outro — mesmo quando esse outro é ele mesmo —, aquilo que foi visto, sentido, tocado, vivido, ou seja, meios de materializar encontros. Trata-se de proliferar diferenças por meio da repetição daquilo que achamos que conhecemos, mas também pela atenção à repetição que descartamos. Ao modo valéryano, que evoca de Leonardo Da Vinci, dar atenção aos rascunhos, às rasuras, às anotações dispersas e também aos tickets de compras, aos selos, às cartas, aos *twitters*, *selfies*, *blogues* e a tudo que configura, ou pode configurar, um gesto de ação vivente na trama cotidiana como se pudéssemos, na conjunção desses restos anotados, ter uma história sem narrativa. A efetuação de acontecimento pelo dizer das coisas desconfiando, sempre, dos nomes.

Anti-ilusionismo

A tarefa de evocar uma sociografia para a educação tem um intuito antiilusionista, pois com esse exercício aquele que toma a atividade de sociografar o presente, lida, constantemente, com um limite. Dá-se conta que, a cada vez que irá escrever — mesmo que de um modo descritivo, as relações por ele — como observador — vistas ou percebidas ou vividas, precisa inventá-las na escrita e pela escrita. Não há ilusão possível, pois se sabe que toda coerência espaço-temporal é uma invenção por ele mesmo constituída, no entanto, não é dele que se fala. Toda escrita é uma tradução e toda tradução comporta, sem ilusão, uma convivência com o falso.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. (Tradução Jorge M. B. de Almeida.) São Paulo: Ed. 34, 2003.
- BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor do Quixote. In. BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. (Trad. Davi Arrigucci Jr.) São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.34-45.
- BORGES, Jorge Luis. **O fazedor**. (Trad. Josely Vianna Baptista). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BORGES, Jorge Luis. Valéry como símbolo. In. BORGES, Jorge Luis. **Outras inquisições**. (Trad. Davi Arriguchi Jr.) São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 91-93.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, Apr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acessado 06/06/2014

CORAZZA, Sandra Mara. **O que se transcria em educação?** Porto Alegre: UFRGS; Doisa, 2013.

CORAZZA, Sandra. **Os Cantos de Fouror – Escrileitura em Filosofia-Educação**. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza y el problema de la expresión**. (Trad. Horst Vogel.) Barcelona: Atajos, 1996.

DEWEY, John. **Vida e educação**. (Trad. Anísio Teixeira.) São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FAVRE, Oscar Padrón. **Sangre Indígena en el Uruguay**. Durazno: Libros del autor, 1994.

FLUSSER, Vilém. Da ficção. Publicado n' **O Diário** de Ribeirão Preto, São Paulo, em 26 de agosto de 1966. Disponível em: < <http://paginas.terra.com.br/arte/dubitoergosum/arquivo02.htm> > acesso em 16/05/2006, 2006.

FUX, Jacques. **Literatura e Matemática: Jorge Luis Borges, Georges Perec e o Oulipo**. Petrópolis: KBR, 2013.

GENETTE, Gerard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Trad. Cibele Braga et al. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In. SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 93-124.

GORSKI, Sonia Romero (Org.). **Antropología social y cultural en Uruguay**. (Anuario 2000). Montevideo: UDELAR, 2000.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. (Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira.) São Paulo: Perspectiva, 1998.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. (Tradução Gilson César Cardoso de Sousa.) Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**: Bernard Lepetit; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro. (Trad. Cely Arena.) São Paulo: EDUSP, 2001.

MATOS, Sônia Regina da Luz. **Procedimentos de escritura e afectologia na alfabetização de crianças. Abordagens cruzadas entre a filosofia da diferença e a psicologia intercultural**. 2014.

202p. (Doutorado em cotutela em Ciências da Educação na Université Lumière Lyon 2 e Educação na UFRGS.) Porto Alegre.

MAUGER, Gérard. Les autobiographies littéraires. Objets et outils de recherche sur les milieux populaires. In: **Politix**. Paris, vol. 7, N°27. Jul./Ago., 1994, p. 32-44.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. (Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho.) In: **Obras incompletas** (Col. Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 43-52.

NORDHOLT, Anneleies Schulte. Georges Perec : topographies parisiennes du flâneur. Leiden: Universiteit Leiden. **RELIEF, Revue Électronique de Littérature Française**. n° 1. V. 2, p.66-86, 2008.

PASSERON, Jean-Claude. L'illusion du monde réel : -graphie, -logie, -nomie. In. GRIGNON, Claude ; PASSERON, Jean-Claude. **Le savant et le populaire. Misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature**. Paris : Hautes Études/Gallimard/Seuil, 1989.

PEREC, Georges. **Tentative d'épuisement d'un lieu parisien**. Paris: Christian Bourgois, 2008.

PEREC, Georges. **Espèces D'espaces. Journal d'un usager de l'espace**. Paris: Galilée, 1974.

REZENDE, Luiz. É escrevendo que se vira escrevedor. In. QUENEAU, Raymond. **Exercícios de estilo**. (Trad. Luiz Rezende.) Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 11-15.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e Sociologia e outros ensaios**. (Tradução Paulo Neves.) São Paulo: Cosac Naify, 2007.

VALÉRY, Paul. **Introdução ao método de Leonardo da Vinci**. (Trad. Geraldo Gérson de Souza.) São Paulo: Ed. 34, 1998.

VALÉRY, Paul. **Monsieur Teste**. (Trad. Cristina Murachco.) São Paulo: Ática, 1997.

VALÉRY, Paul. Poesia e pensamento abstrato. (Trad. João Alexandre Barbosa) In. VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 201-218.

VALÉRY, Paul. **Variations sur les Bucoliques**. Paris: Gallimard, 1956.

VILA-MATAS, Enrique. **El mal de Montano**. Barcelona: Anagrama, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. (Tradução José Carlos Bruni.) Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1991.